



Nota Informativa – Prova Escrita de Conhecimentos

Dia 24/06/2025 às 17:00H

– Escola Secundária Dr. Mário Sacramento –

Ref.ª B - Técnico Superior - área de Saúde e Segurança no Trabalho

Prova de Conhecimentos - assumirá a forma escrita, com consulta da legislação indicada, de natureza teórica, com a duração de 90 minutos, acrescidos de 30 minutos de tolerância, e visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo adequado conhecimento da língua portuguesa, sendo a classificação expressa de 0 a 20 valores, até às centésimas, e incidirá sobre as matérias e legislação necessária à sua preparação, a seguir discriminadas:

Conhecimentos gerais:

1 - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente - enfoque na Parte 2: Título II – Capítulo I (Recrutamento), Capítulo II (Forma, período experimental e invalidades); Título IV – Capítulo I (Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público); Capítulo II (Atividade, local de trabalho e carreiras), Capítulo V (Tempos de não trabalho), na redação em vigor.

2 - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual - Código do Procedimento Administrativo: artigos 1.º a 19.º, artigos 53.º a 64.º, artigos 67.º a 76.º, artigos 82.º a 88.º, artigos 102.º a 114.º, artigos 121.º a 125.º e artigos 148.º a 160.º, na redação em vigor.

3 - Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual: artigos 1.º a 3.º, artigos 16.º a 33.º e artigos 112.º a 129.º, na redação atual.

4 - Estrutura Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro, publicada sob o aviso n.º 5972/2022 do D.R. 2.ª Série n.º 57, parte H, página 278 e seguintes, do dia 22/03/2022, com as alterações publicadas sob o aviso n.º 22313/2023 do D.R. 2.ª Série n.º 225, parte H, página 207 e seguintes, do dia 21/11/2023.

5 - Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto - Assegura a execução do Regulamento (UE) 2016/679 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, artigos 19.º, 21.º, 23.º, 26.º, 28.º 33.º, 34.º, 36.º, na redação em vigor.

6 - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), artigos 1.º a 24.º, na redação atual.

Conhecimentos específicos:

7 - Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto (Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho), na redação atual.

8 - Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro na sua atual redação (Regulamenta o Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho), na redação vigente.

9 - Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro (Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais), na redação vigente.

10 - Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro (Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde), na redação vigente.

11 - Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro (Procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante do Decreto-Lei n.º 155/95, mantendo as prescrições de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho), na redação vigente.

12 - Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação (Regime jurídico de acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública), na redação vigente.

13 - Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto (Aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços), na redação vigente.

14 - Decreto n.º 41821, de 11 de agosto de 1958 (Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil), na redação vigente.

15 - Portaria n.º 71/2015, de 10 de março (Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde), na redação vigente.

16 - Portaria n.º 988/93, de 6 de outubro (Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Proteção Individual, previstas no Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro), na redação vigente.

17 - Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro (Regulamentação das normas técnicas respeitantes às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho, na redação vigente).

18 - Portaria n.º 53/71, de 3 de fevereiro (Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais), na redação vigente.